

**O ESTADO DO ENSINO DE CIÊNCIA POLÍTICA DOS CURSOS DE  
BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL**

Luiz Fernando Nunes Moraes  
E-mail: luiz\_fernan@hotmail.com

Audren Marlei Azolin  
E-mail: audren\_azolin@hotmail.com

Maycon Renato Silva Paes  
E-mail: paes.maycon@hotmail.com

Mirian Morossini  
E-mail: br.miriam@gmail.com

Área temática e subárea: Metodología em Ciencia Política / Estado de la enseñanza en  
Ciencia Política en América Latina

"Trabajo preparado para su presentación en el VII Congreso Latinoamericano de  
Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política  
(ALACIP). Bogotá, 25 al 27 de septiembre de 2013."

## Resumo

O artigo apresenta os resultados da pesquisa sobre o estado do ensino de ciência política dos cursos de bacharelado em ciência política no Brasil. Indagamos se esses cursos de bacharelado sofrem influência ou não do mercado de trabalho fora da academia para constituição de suas estruturas curriculares. Para respondermos nossa indagação, metodologicamente utilizamos a Análise do Conteúdo da qual derivamos dados quantitativos, gerando gráficos para melhor ilustração das nossas análises.

## Resumen

El artículo presenta los resultados de la investigación sobre el estado de la enseñanza de la ciencia política de los cursos de grado en ciencias políticas en Brasil. Nos preguntó si estos cursos de grado sufren influencias o no al mercado de trabajo de fuera de la Academia para establecer sus estructuras curriculares. Para cumplir con nuestra misión, metodológicamente utilizamos análisis del contenido de la cual derivamos datos cuantitativos, generar gráficos para mejor ilustración de nuestros análisis.

## INTRODUÇÃO

Em 2012 apresentamos no 6º Congresso da ALACIP o artigo *Os Cursos de Bacharelado em Ciência Política no Brasil: a perspectiva do mercado de trabalho*. A partir desse artigo, criamos o *Grupo de Pesquisa Ensino de Ciência Política* no Centro Universitário Internacional - UNINTER. A justificativa para criação desse Grupo deve-se a existência de dois tipos de cursos de ciência política, derivando disto, a possibilidade de duas propostas de ensino: cursos de ciência política enquanto linha de formação dentro das ciências sociais (junto com sociologia e antropologia) e cursos de bacharelado em ciência política.

O artigo supra analisou, numa perspectiva história, como os cursos de bacharelado em ciência política surgiram e se desenvolveram no Brasil, diferenciando-se por apresentar uma proposta de ensino visando qualificar seus egressos para o mercado de trabalho fora da academia. No presente trabalho mostraremos os avanços que o referido Grupo obteve aprofundando as pesquisas sobre a temática acima apresentada.

Utiliza-se metodologicamente a Análise do Conteúdo que nos permitiu quantificar as propostas para o ensino de ciência política dos cursos de bacharelado no Brasil, formando assim uma base de dados que nos dá subsídio para analisar a orientação do estado do ensino de ciência dos cursos de bacharelado em ciência política. Analisamos as propostas apresentadas nos sites, nos projetos pedagógicos e nas ementas.

Aplicamos a mesma metodologia para analisar o mercado de trabalho do cientista político no Brasil. Analisamos 54 editais de entidades/órgãos públicos e agencias internacionais que solicitaram cientistas políticos ou que os conhecimentos de ciência política constam enquanto programa de prova para concursos públicos. A questão que levantamos é: *a formação em ciência política no Brasil nos cursos de bacharelado de ciência política está se orientando pelas necessidades do mercado de*

*trabalho do cientista político ou o mercado de trabalho do cientista político no Brasil necessita dos conhecimentos, temas e metodologia tradicionais da ciência política?*

## **O CAMPO PROFISSIONAL DO POLITÓLOGO NO BRASIL NA PERSPECTIVA DOS CURSOS DE BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

Analizamos o mercado de trabalho do cientista político no Brasil, a partir da perspectiva dos cursos de bacharelado em ciência política. Para efeito, analisamos as informações contidas nos sites dos referidos cursos. É comum, nos sites, a confusão entre *onde* (mercado de trabalho) o cientista política pode trabalhar, as *atividades* que podem exercer e os *cargos* que podem ocupar.

Acreditamos que as informações nos sites a respeito de onde trabalhar, as atividades exercidas e os cargos foram obtidas de egressos, de professores que atuam na área e da intuição de quem elaborou o conteúdo dos sites e não de uma pesquisa sistematizada.

Mesmo acreditando que as informações a respeito do mercado da política, no qual o politólogo se insere, não estão fundamentadas em pesquisas sistematizadas, observamos que há um determinado padrão nas informações que permite ser cientificamente analisada e classificada. Acreditamos que os sites representam a vontade de formar os egressos dos cursos de bacharelado em ciência política para o mercado da política no Brasil.

As referências apresentadas nos sites dos cursos sobre mercado da política expõem apenas a grande intenção de qualificação dos egressos para o mercado de trabalho do cientista político no país e não a efetividade dessa qualificação. Para identificar aspectos importantes da efetividade da qualificação torna-se necessário identificar e analisar se os cursos apresentam, em sua estrutura curricular (grade curricular, ementas, projeto pedagógico etc.), condição para qualificar os egressos para o mercado de trabalho fora da academia.

A questão é: por que a pesquisa iniciou-se sobre a perspectiva do mercado de trabalho dos cursos, que são baseados em informações e na intuição, e não sobre o próprio mercado de trabalho? Foi uma questão estratégica, pois como começar a pesquisa sobre algo que não se conhece e nem se sabe se realmente existe? Acreditamos na informação e na intuição. Os sites dos cursos foram o ponto de partida para pesquisar o mercado de trabalho do cientista político no Brasil.

Na verdade, pelo que percebemos, não há um mercado de trabalho próprio do cientista político no Brasil, mas sim atividades que podem ser exercidas por cientistas políticos e cargos que podem ser ocupados por estes profissionais que envolvem as atividades político-institucionais e ligadas à política. A este mercado de trabalho fora da academia nominamos de *Mercado da Política*<sup>1</sup>.

Os gráficos abaixo apresentam os dados referentes às *atividades* do cientista político que constam nos sites de 11 (onze)<sup>2</sup> cursos de bacharelado em ciência política de instituições públicas e particulares. São eles: a Escola Paulista de Direito – EPD, a Faculdade da América Latina – FAL, a Serravix, o Centro Universitário do Distrito Federal – UDF, a Universidade Luterana do Brasil – Ulbra, a Universidade de Fortaleza – UniFor, o Centro Universitário Internacional – UNINTER, a Universidade Federal de

---

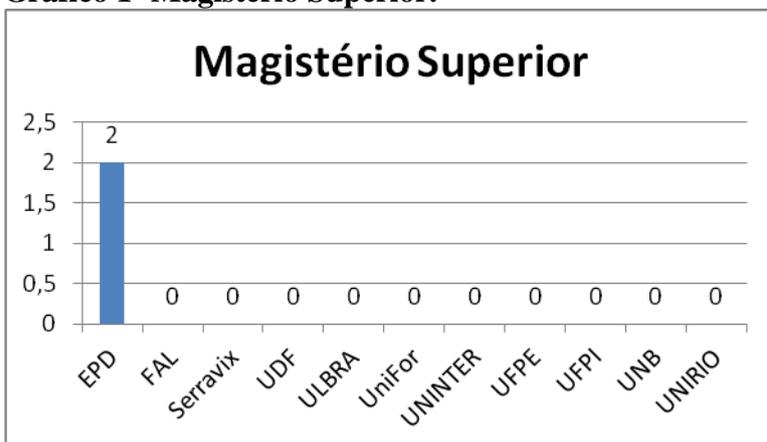
<sup>1</sup> Não confundir com mercado político de cunho eleitoral.

<sup>2</sup> No Brasil existem 15 cursos de bacharelado em ciência política: 7 são de instituições públicas e 8 de instituições particulares. Alguns cursos não disponibilizaram informações que precisamos nos sites ou os cursos não têm sites.

Pernambuco – UFPE, a Universidade Federal do Piauí – UFPI, a Universidade Brasília – UnB e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UniRio.

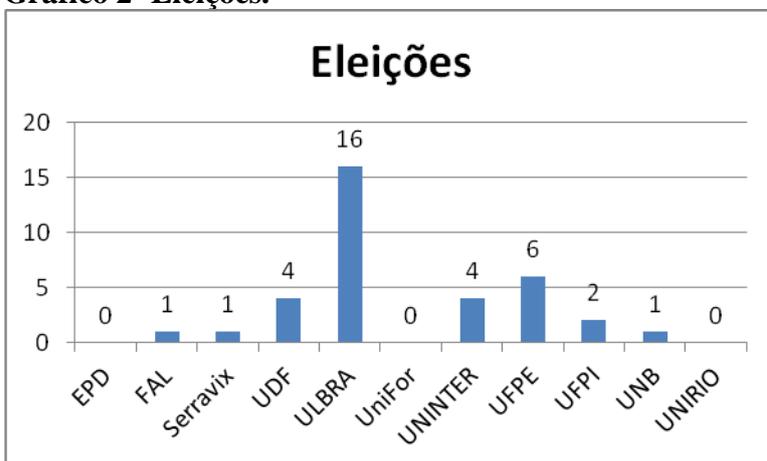
Para elaboração dos dados, classificamos as *atividades* do cientista político identificadas nos sites com as 4 (quatro) grandes Áreas<sup>3</sup> de atuação do cientista político no Brasil: *Magistério Superior* (gráfico 1), *Eleições* (gráfico 2), *Administração Pública* (gráfico 3) e *Relações Governamentais* (gráfico 4). No sentido de demonstrarmos de forma mais ampla, criamos o *Índice de Adesão às Áreas* (gráfico 5).

**Gráfico 1- Magistério Superior.**



A Escola Paulista de Direito - EPD é a única que dá ênfase ao Magistério Superior, enquanto atividade profissional do cientista político, fazendo 2 (duas) referências.

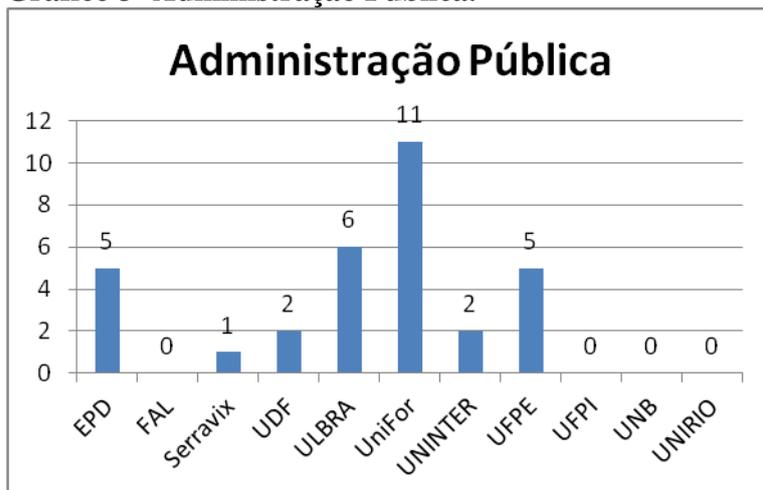
**Gráfico 2- Eleições.**



A maior ênfase na área Eleições é dada pela Ulbra, com 16 (dezesesseis) referências. A UFPE faz 6 (seis) referências. O UNINTER e a UDF 4 (quatro) referências cada. A UFPI faz 2 (duas) referências, seguida FAL e UnB com apenas 1 (uma) referência cada. A EPD, Serravix, UniFor e UniRio não fazem nenhuma referência à área Eleições.

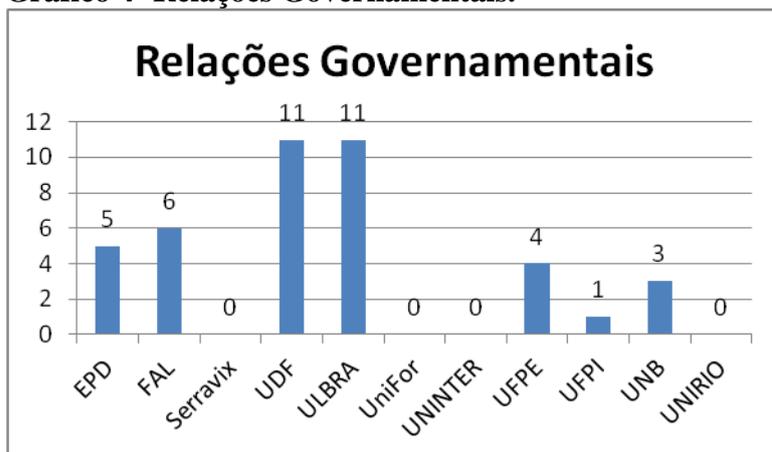
<sup>3</sup> Estas áreas estão descritas no artigo *O Mercado de Trabalho do Politólogo na Perspectiva dos Cursos de Bacharelado em Ciência política no Brasil*, produzido pelo professor Luiz Fernando Moraes e professora Audren Azolin, apresentado no 6º Congresso Latino-americano de Ciência Política da Associação Latinoamericana de Ciência Política – ALACIP.

**Gráfico 3- Administração Pública.**



A UniFor é a que mais enfatiza a área Administração Pública com 11 (onze) referências. A Ulbra faz 6 (seis) referências e a EPD 5 (cinco). A UDF e o UNINTER fazem 2 (duas) referências cada. A Serravix faz apenas 1 (uma) referência. Por sua vez, a FAL, a UFPI, a UnB e a UniRio não fazem nenhuma referência.

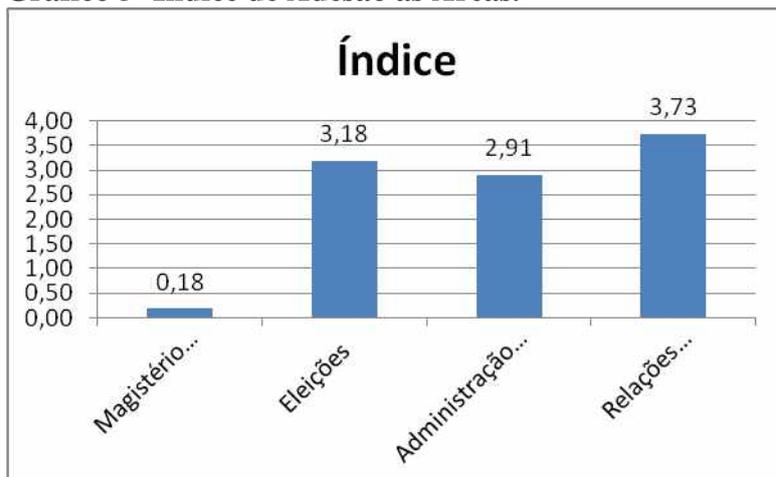
**Gráfico 4- Relações Governamentais.**



Cursos de duas instituições de ensino dão maior ênfase à área de Relações Governamentais: a UDF e a Ulbra com 11 (onze) referências cada. A FAL faz 6 (seis) referências e a EPD 5 (cinco). A UFPE faz 4 (quatro) referências e a UnB 3 (três) referências, a UFPI faz apenas 1 (uma) referência. As demais, UniRio, UNINTER, Unifor e Serravix não fazem nenhuma referência.

Para termos uma visão mais ampla de todos os cursos analisados, elaboramos o Índice de Adesão às áreas – IDA. Este índice nos permite avaliar à qual área de atividade do cientista político o conjunto dos cursos mais fazem referência. Abaixo está o gráfico do IDA – ATIVIDADES.

**Gráfico 5- Índice de Adesão às Áreas.**



Considerando as atividades do cientista político no mercado de trabalho, os dados mostram que os cursos apresentam maior adesão à área Relações Governamentais, com índice de 3,76, seguido pela área Eleições, com índice de 3,12. Na sequência está a área Administração Pública, com índice de 2,94 e, surpreendentemente a área Magistério Superior em último lugar com 0,18. Isso evidencia que esses cursos são frutos da Ciência Política Aplicada.

A questão que surge é: os projetos pedagógicos e as ementas das disciplinas dos cursos de bacharelado em ciência política visam qualificar seus graduandos para o mercado de trabalho conforme exposto nos sites dos cursos?

## **CONTEÚDOS DOS CURSOS DE BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL**

Simon Schwartzman<sup>4</sup> em 1977 afirmou que a Ciência Política, enquanto disciplina acadêmica, “[...] não gera uma tecnologia social própria, nem dá base a uma profissão” (SCHWARTZMAN, 1977). Por sua vez, Afonso Nascimento afirmou o seguinte:

Do lado da Ciência Política, pelo menos a curto prazo, não há chances de serem criadas graduações em Ciência Política nas universidades públicas – com o objetivo de inverter o padrão de dependência herdada em relação a Sociologia –, dada a forte presença dos cursos de Direito e de Administração como fornecedores de quadros para a burocracia estatal. [...], parece ser um padrão sem chances de mudança em horizonte próximo (NASCIMENTO, 2008, p. 26)

Para confirmarmos ou refutarmos as afirmações dos dois autores é fundamental analisarmos os conteúdos do ensino dos cursos de bacharelado em ciência política. Quando Schwartzman fez tal afirmação existiam, no nível de graduação, apenas os cursos de ciência política enquanto linha de formação das ciências sociais. Entretanto, a afirmação de Nascimento foi em 2008 quando já existiam os cursos de bacharelado.

A questão central é saber se realmente o surgimento dos cursos de bacharelado em ciência política significou a construção de uma Ciência Política Aplicada. Dos quinze cursos de bacharelado em ciência política no Brasil, tivemos acesso ao Projeto Político Pedagógico de cinco deles: UFPE, UNINTER, UFPI, Unipampa e Ulbra, sendo

<sup>4</sup> Um dos grandes expoentes da ciência política brasileira.

três instituições de ensino públicas e duas instituições particulares. Segundo o Projeto Político Pedagógico do Centro Universitário Uninter<sup>5</sup>:

O Curso de Bacharelado em Ciência Política da Faculdade Internacional de Curitiba – FACINTER – visa a fornecer instrumentos técnicos para o desenvolvimento e gerenciamento de campanhas eleitorais e gestão pública, além de conhecimento científico voltado para a reflexão sobre a organização e a lógica do Estado, poder e governo (CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL, 2012, p. 13).

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE afirma que,

Na sociedade, a deficiência da atual graduação em Ciências Sociais é sentida principalmente na dificuldade de alocação dos seus egressos nos espaços sociais em que os cientistas políticos são mais acolhidos, como os diversos níveis da esfera estatal, as Ongs, os institutos de pesquisa, etc. Esses espaços terminam por ser ocupados por egressos da pós-graduação e/ou graduados de outros cursos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO., 2012, p. 14).

Qualificar para esses espaços sociais consiste no seguinte:

Viabilizar a formação de profissionais aptos para atuação nos diversos níveis da estrutura estatal - nacional, estadual e municipal - em Organizações Não-Governamentais, em empresas de consultoria, em Organizações Internacionais, em Institutos de Pesquisa, em empresas privadas, etc. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2012, p. 17).

O Projeto Pedagógico quando faz referência ao perfil do egresso, informa uma intenção importante: “A capacidade de desenvolver pesquisas no âmbito da Ciência Política, e nessa mesma área: realizar consultorias, assessorias, exercer atividades docentes, ocupar cargos públicos e privados relevantes, etc.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2012, p. 18).

O surgimento do curso de bacharelado em ciência política na Universidade Federal do Piauí segue no mesmo sentido da UFPE:

A formação que tem sido dada até o momento, na área, não tem contemplado as necessidades de qualificação teórico-metodológica capaz de abarcar os novos desafios colocados pela sociedade à Universidade, o que justifica a implantação do Bacharelado em Ciência Política. Dessa forma, esse curso procura atender as novas demandas impostas pela dinâmica social (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2010, p. 5).

Posto isso, percebe-se que o surgimento de cursos dessa natureza sustenta-se, na avaliação do corpo docente dessas instituições aqui apresentadas, no fato de que as ciências sociais não qualificam seus graduandos para o mercado da política, pois as ciências sociais focam na qualificação de seus graduandos para o mundo acadêmico, como consta, por exemplo, no Projeto Político Pedagógico do Centro Universitário Uninter: “[...] no caso específico de Curitiba, contamos com o curso de Ciências Sociais na UFPR que possui uma vocação mais acadêmica [...]” (CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL, 2012, p. 14).

O Projeto Político Pedagógico da UFPI, assim como os demais projetos aqui analisados, centra-se no seguinte:

[...] a formação em Ciência Política tem a capacidade de preencher os requisitos necessários para a atuação em diversos setores da sociedade piauiense, como: órgãos governamentais (assessoramento de políticas públicas, desde sua formulação, implementação e avaliação etc.), Organizações Não-Governamentais (ONG's), sindicatos, movimentos sociais, instituições da iniciativa privada (institutos de pesquisa, consultorias, entre outros), docência superior etc. A exigência atual por profissionais que

---

<sup>5</sup> O Centro Universitário Internacional antes de ser centro universitário chamava-se de Faculdade Internacional de Curitiba – Facinter.

compreendam a natureza e as especificidades das relações de poder põe a atividade do cientista político, em nosso estado, como importante campo de atuação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2010, p. 5)

O curso de formação na área de ciência política da Universidade do Pampa – Unipampa se diferencia dos demais cursos no Brasil, pois se forma cientistas sociais apenas com ênfase em ciência política, abrindo mão de uma formação geral em antropologia e sociologia conforme os cursos tradicionais de ciências sociais. No seu Projeto Político Pedagógico lê-se o seguinte:

Propiciar conhecimentos teóricos e práticos necessários ao Cientista Social com ênfase em Ciência Política, relacionando-os com as especificidades teóricas e práticas voltadas para assessoria executiva e legislativa, bem como gestão e planejamento de políticas públicas (UNIVERSIDADE DO PAMPA, 2011, p. 17).

Chama-nos atenção a ênfase no mercado de trabalho fora da academia e o fato de sequer mencionar a carreira no magistério superior. Essa mesma ênfase e ausência que percebemos no tópico referente aos objetivos do curso no projeto pedagógico, se repetem em outros tópicos como *Perfil Comum do Egresso* (UNIVERSIDADE DO PAMPA, 2011, p. 18), *Competências e Habilidades Comuns* (UNIVERSIDADE DO PAMPA, 2011, p. 18) e *Competências e Habilidades do Egresso de Ciências Sociais – Ciência Política* (UNIVERSIDADE DO PAMPA, 2011, p. 19). De todos os cursos acima analisados, o curso da Unipampa é o que apresenta total ênfase no mercado de trabalho fora da academia.

O Projeto Político Pedagógico da Ulbra é o mais conciso e ao mesmo tempo abrangente. Ele divide o curso em quatro blocos de disciplinas que objetivam qualificar seus egressos tanto para trabalhar na esfera acadêmica quanto no mercado de trabalho da política. O primeiro bloco consiste das seguintes intenções e disciplinas:

[...] compreende um elenco de disciplinas cujo objetivo é transmitir aos alunos conhecimentos teóricos de política aplicada, preparando-o para atuar como profissional no mercado político, e em atividades de assessoramento legislativo e de governo, a exemplo das disciplinas de Planejamento de Campanha Eleitoral, Marketing Político, Pesquisa de Opinião Qualitativa, Pesquisa de Opinião Quantitativa, Políticas Públicas e Projetos de Políticas Públicas (UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL, 2012).

Este bloco é composto por disciplinas que visam qualificar os egressos para o mercado de política. Por sua vez, o segundo bloco tem outro objetivo, a saber,

[...] compreende um elenco de disciplinas cujo objetivo é possibilitar aos alunos uma sólida formação teórica no campo específico da Ciência Política, tal como as disciplinas na área das Teorias Políticas, Partidos Políticos, Política Comparada, entre outras que compõem a grade curricular do curso (UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL, 2012).

Este bloco capacita os egressos para o debate teórico sobre teoria política e sobre a própria ciência política. Aqui se encontra a formação do cientista político, isto é, a sustentação da base teórica, metodologia, que envolve aspectos epistemológicos da ciência política. O terceiro bloco constitui-se em estabelecer relação com áreas do conhecimento importantes para ciência política e para formação do cientista político:

[...] formado por disciplinas cujo conteúdo transita pelas diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais, possibilitando ao acadêmico um conhecimento amplo e profundo de temas que dialogam direta ou indiretamente com a Ciência Política, a exemplo de Introdução a Economia, Sociedade e Contemporaneidade, Noções de Direito, Processo Negocial (UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL, 2012).

O quarto bloco sustenta-se na flexibilidade curricular, possibilitando ao graduando escolher disciplinas optativas para complementar a grade do curso:

[...] formado por três (3) disciplinas eletivas, que são oferecidas por outros cursos da Universidade, possibilitando ao acadêmico a escolha dentre um rol

de dez (10) disciplinas. A seleção das referidas disciplinas fica a critério do aluno, que de acordo com interesse optará pelas áreas do conhecimento que considera importante aprofundar. Ressalta-se que as disciplinas oferecidas como optativa são importantes para a ampliação do conhecimento nas duas áreas que compõe a essência do curso de Ciência Política: marketing político ou gestão pública (UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL, 2012).

É importante destacar, que as disciplinas optativas são relativamente livres, pois as mesmas têm que contribuir para a qualificação nas áreas Eleições e Administração Pública.

O projeto político pedagógico da Ulbra mostra a intenção do curso de bacharelado em ciência política e enfrentar o desafio de qualificar seus egressos tanto para atividades acadêmicas, quanto para o mercado de trabalho fora da academia de forma mais clara. Pode-se perceber que a ênfase do curso, a partir da análise de seu projeto político pedagógico, apresenta ênfase no mercado da política.

Será que as ementas e as grades curriculares refletem os projetos políticos pedagógicos? Dos quinze cursos de bacharelado em ciência política no Brasil, não tivemos acesso às grades curriculares e ementas de cinco cursos, são eles a Universidade Federal Fluminense – UFF, Universidade de Brasília – UnB, Universidade de Fortaleza – UniFor, Universidade do Federal do Estado do Rio de Janeiro – UniRio e a Faculdade Paraíso – FAP.

Os cursos da Escola Paulista de Direito – EPD, Faculdade da América Latina – FAL, Serravix, Centro Universitário do Distrito Federal – UDF e a Universidade do Estado do Amazonas – UEA tivemos acesso apenas à grade curricular. Por sua vez, os cursos da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Universidade Luterana do Brasil – Ulbra, Universidade Federal do Piauí – UFPI, Centro Universitário Internacional – Uninter e a Universidade do Pampa – Unipampa, tivemos acesso à grade curricular e às ementas. Assim, conseguimos analisar dez cursos de bacharelado em ciência política no Brasil, sendo seis de instituições particulares e quatro de instituições públicas.

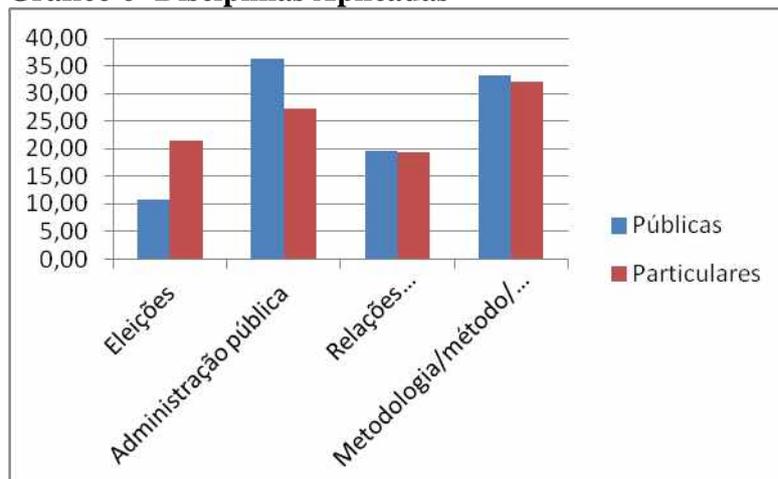
Analisamos três gráficos que nos permitiu realizar uma análise comparativa apresentando os seguintes dados: 1) disciplinas aplicadas distinguindo instituições de ensino públicas de particulares; 2) principais áreas do conhecimento que pesquisam a política e ou o Estado, distinguindo também instituições de ensino superior públicas de particulares e 3) distinção de disciplinas aplicadas e não aplicadas por instituições de ensino públicas e particulares. É importante ressaltar que os dados dispostos nos gráficos estão em números relativos (%) e não números absolutos (N).

O gráfico 6 (seis) apresenta dados de Disciplinas Aplicadas, isto é, disciplinas responsáveis pela qualificação do graduando para atividades no mercado da política em três áreas: Eleições, Administração Pública e Relações Governamentais e Institucionais. Incluímos na análise as disciplinas de metodologia, métodos e técnicas por que na análise que realizamos sobre o mercado da política no Brasil, percebemos a importância que editas deram enquanto experiência profissional ao desenvolvimento de métodos de pesquisas. Identificamos também duas atividades no mercado de trabalho, o Consultor de Pesquisa e o Analista de Pesquisa<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> O Consultor e o Analista de Pesquisa são profissionais responsáveis para prestar consultoria e assessoria em relação ao melhor método de pesquisa para prestação de serviço e elaboração de produto.

**Gráfico 6- Disciplinas Aplicadas**



A análise comparativa dos dados referentes às disciplinas aplicadas, considerando disciplinas metodológicas, nos mostra o seguinte: os cursos de bacharelado em ciência política de instituições públicas apresentam ênfase na qualificação para Administração Pública (36,67%) e apresenta foco em disciplinas metodológicas (33,33%). A área Relações Governamentais e Institucionais (19,61%) e Eleições são as que apresentam menores ênfases (10,78%).

Por sua vez, os cursos de bacharelado em ciência política das instituições particulares apresentam maior ênfase em disciplinas metodológicas (32,04%), seguido pela área Administração Pública (27,18%). A área Eleições (21,36%) ocupa a terceira maior ênfase. Relações Governamentais e Institucionais (19,42%) apresentou a menor ênfase.

Comparativamente percebe-se que há maior preocupação dos cursos das instituições particulares em qualificar seus graduandos para área Eleições mais do que os cursos das instituições públicas, com uma diferença de 10,58 pontos percentuais. Esse quadro se inverte na área Administração Pública quando os cursos das instituições públicas apresentam maior ênfase do que os cursos das instituições particulares na ordem de 9,09 pontos percentuais.

Na área Relações Governamentais e Institucionais os cursos de instituições públicas e particulares apresentam equivalência, com certa preponderância de disciplinas nessa área nos curso das instituições públicas na ordem de diferença de 0,19 pontos percentuais. Essa mesma equivalência e preponderância ocorrem em relação às disciplinas metodológicas, com diferença da ordem de 1,29 pontos percentuais.

Parece-nos, a partir dos dados, razoável afirmar que os cursos das instituições públicas visam qualificar seus graduandos para atuarem na máquina pública e que, por sua vez, os cursos das instituições particulares visam qualificar seus graduandos para atividades eminentemente privadas. As disciplinas na área Eleições são preponderantes nos cursos de instituições particulares, apresentando diferença em pontos percentuais na ordem de 10,58. As atividades da área Eleições são essencialmente privadas. São as empresas de consultoria política que atuam nessa área e não entidades governamentais.

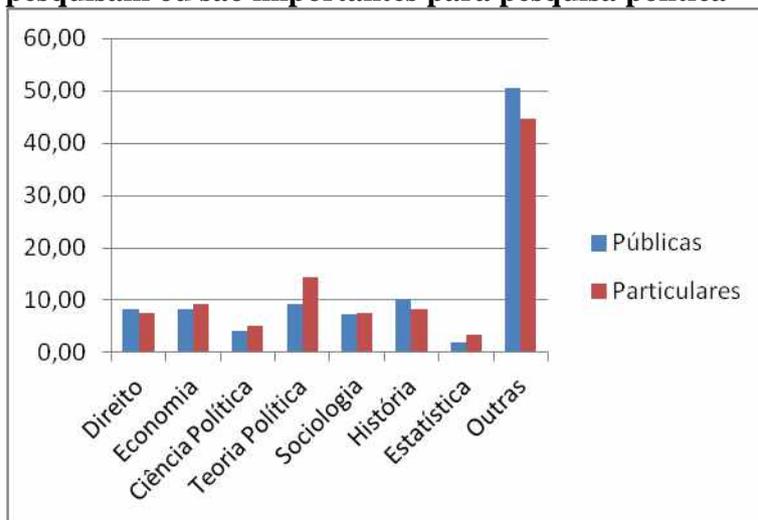
Todavia, os dados mostram que os cursos das instituições públicas visam qualificar seus egressos para atuarem na área Administração Pública, área esta, de atividades eminentemente públicas<sup>7</sup>, cuja diferença para os cursos das instituições

<sup>7</sup> Embora o foco da formação em administração pública dos cursos de bacharelado em ciência política seja para ocupar cargos no aparelho do Estado, inúmeras empresas de consultoria política trabalham nessa área fornecendo produtos e serviços para prefeituras de pequeno porte.

particulares é da ordem de 9,09 pontos percentuais. Por sua vez, as atividades inerentes à área de Relações Governamentais e Institucionais, são atividades exercidas tanto no setor privado quanto público. Isso reflete na diferença irrisória, da ordem de 0,19 pontos percentuais, entre os cursos das instituições públicas e particulares.

Outros dados que analisamos estão dispostos no gráfico 7 (sete). Elencamos algumas disciplinas que têm a política também enquanto objeto de pesquisa e a disciplina de estatística tão importante para a ciência política atual.

**Gráfico 7- Disciplinas Não Aplicadas – principais áreas do conhecimento que pesquisam ou são importantes para pesquisa política**



Quando analisamos disciplinas oriundas de áreas importantes para ciência política encontramos a seguinte situação: as disciplinas que mais são ofertadas nos cursos de instituições públicas são da área de História (10,31%). Por sua vez, a menos ofertada são da área de estatística (2,06%).

Quando realizamos uma análise comparativa identificamos que disciplinas referentes às áreas do Direito (8,25%) e da História (10,31%) são as únicas disciplinas que são mais ministradas nos cursos de instituições públicas do que nas particulares. As disciplinas da área do Direito ministradas nos cursos das instituições públicas apresentam 0,69 pontos percentuais a mais em relação aos cursos das instituições particulares. Disciplinas referentes à área da História apresentam diferença de 1,91 pontos percentuais. Chama-nos atenção que nos cursos de instituições públicas pouco mais da metade (50,52%) das disciplinas são de outras áreas do conhecimento. Já nos cursos de instituições particulares são de 44,54%. A diferença entre os cursos de instituições públicas e particulares é da ordem de 5,98 pontos percentuais.

As disciplinas mais ofertadas nos cursos de instituições particulares do que nas públicas são as de Economia (9,25%), apresentando uma diferença de 0,99 pontos percentuais em relação aos cursos de instituições públicas, Ciência Política (5,04%), com 0,92 pontos percentuais de diferença, Teoria Política (14,29%), com diferença de 5,01 pontos percentuais e Estatística (3,36%), com a diferença de 1,03 pontos percentuais.

As disciplinas referentes à Teoria Política (14,29%) são as mais ofertadas nos cursos de instituições particulares e as menos ofertadas são as referentes à área da Estatística (3,36%). Chama-nos atenção o fato de que as disciplinas referentes à Teoria Política sejam mais ofertadas nos cursos de instituições particulares. A diferença é da

ordem de 5,01 pontos percentuais, a maior diferença que identificamos entre disciplinas ofertadas entre os cursos das instituições públicas e privadas.

Uma hipótese a ser levantada para essa diferença é que os cursos criados nas instituições públicas se separaram da ciência política enquanto linha de formação das ciências sociais, o que sugere que querem investir mais em disciplinas aplicadas do que o modelo anterior. É uma forma de reduzir disciplinas de cunho mais teórico e marcar a diferença entre as duas formações em ciência política, a Acadêmica da Aplicada.

Tanto nos cursos de instituições públicas quanto particulares disciplinas de Ciência Política (nas públicas 4,12% e nas particulares 5,04%), na ordem de disciplinas ofertadas, ocupam o quinto lugar, perdendo apenas para a disciplina de Estatística. Parece um tanto estranho que a disciplina mais específica seja uma das menos enfatizadas.

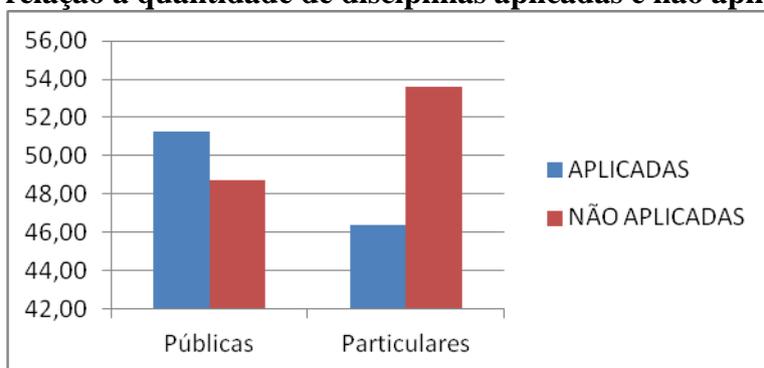
A política enquanto objeto de pesquisa não é privilégio exclusivo da Ciência Política, mas também do Direito, da Sociologia, da Economia, da Filosofia, da História dentre outras áreas do conhecimento. O que ocorre nos cursos de bacharelado em ciência política é o esforço de relacionar a pesquisa sobre política das demais áreas do conhecimento com a Ciência Política.

A análise das ementas nos mostra que as disciplinas relacionadas à Teoria Política são focadas na filosofia política, apresentando assim os clássicos do pensamento políticos, os quais se transformaram em objeto de pesquisa. Por sua vez, as disciplinas de Ciência Política (Introdução à Ciência Política) destinam-se a estudar o poder, as instituições políticas, o Estado, conceito de soberania, fazendo uma aproximação com os clássicos do pensamento político e as definições de Weber, em especial a de Estado.

Acreditamos que se deveria ter em todos os cursos de bacharelado em ciência política a disciplina de Fundamentos em Ciência Política, encontrada apenas no curso da Escola Paulista de Direito. A importância dessa disciplina é a de marcar a diferença entre Ciência Política e as demais áreas do conhecimento que estudam a política enquanto objeto de pesquisa.

No gráfico 8 (oito) estão os dados da quantidade de disciplinas aplicadas e não aplicadas em relação às instituições públicas e particulares. Este gráfico nos permite analisar comparativamente entre os cursos de bacharelado em ciência política nessas instituições de ensino.

**Gráfico 8- Distinção entre Instituições de Ensino Superior Pública e Particular em relação à quantidade de disciplinas aplicadas e não aplicadas**



Este gráfico nos revelou uma surpresa: os cursos das instituições públicas têm mais disciplinas aplicadas, proporcionalmente, do que os cursos de instituições particulares. Os cursos das instituições públicas têm 51,26% de disciplinas aplicadas e 48,74% de

disciplinas não aplicadas, com diferença de 2,52 pontos percentuais. Nos cursos das instituições particulares 46,40% das disciplinas são aplicadas, enquanto 53,60% das disciplinas são não aplicadas. A diferença em pontos percentuais é da ordem de 7,2.

De forma geral, os cursos de bacharelado em ciência política no Brasil estão focados na qualificação de seus graduandos para o mercado da política, sem abrir mão da qualificação para atividades acadêmicas. Tudo indica que a expressão *ciência*, cunhada na ciência política, estabelece uma relação intrínseca com a academia, mesmo em cursos de ciência política focados no mercado da política.

## O MERCADO DE TRABALHO DO POLITÓLOGO FORA DOS ESPAÇOS ACADÊMICOS

O mercado da política é bastante complexo. Profissionais de diversas áreas do conhecimento buscam entrar nesse mercado devido à alta remuneração. Nossa pesquisa identificou que o mercado da política encontra-se dividido em três grandes áreas: *Eleições*, cujas atividades são de gestão e estratégias de campanha eleitoral; *Administração Pública*, atividades centradas na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, e *Relações Governamentais e Institucionais*, cujas atividades sustentam-se pela profissionalização do lobby (MORAES; AZOLIN. 2012).

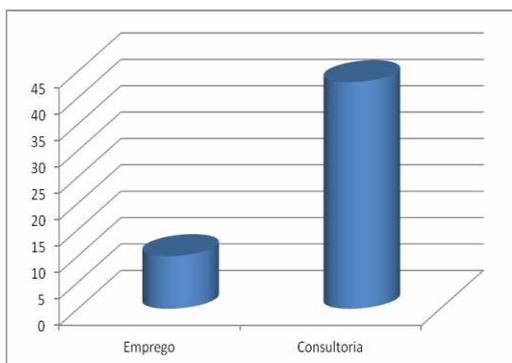
Analizamos 54 (cinquenta e quatro) editais e para efeito desta pesquisa, classificamos segundo a Natureza da Contratação, *Experiência Profissional* e *Produto Esperado*. A natureza da contratação divide-se em *emprego* e *consultoria*. O emprego pode ser de duas ordens: *ocupação de cargo* e *programa de prova*.

O primeiro se dá quando o edital abre concurso público para preenchimento de vagas para cargos cujo edital deixa claro que pode ser ocupado por cientistas políticos ou, também, por profissionais de outras áreas. O segundo, quando o cargo pode ser ocupado por profissionais de qualquer área do conhecimento, porém a ciência política faz parte do programa da prova.

A consultoria pode ser também de duas ordens: *consultoria individual*, aquela prestada por pessoa física, ou *consultoria empresarial*, isto é, consultoria prestada por pessoa jurídica.

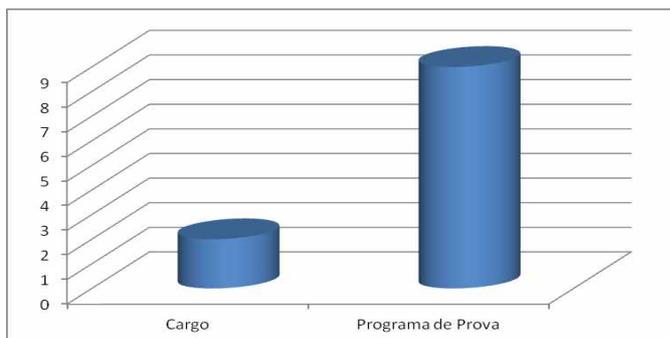
Quando o edital exige Experiência Profissional, identificamos dois tipos: *atuação no mercado de trabalho da política* e *experiência em pesquisas acadêmicas*. E por fim, o Produto Esperado que envolve *produto da consultoria* e *atividade profissional*, no caso do emprego. O gráfico 9 (nove) apresenta os dados referentes à natureza da contratação.

**Gráfico 9- Natureza da contratação**



Os dados mostram que dos 54 (cinquenta e quatro) editais, 43 (quarenta e três) são para consultoria e apenas 11 (onze) são preenchimento de vagas para cargos. Detalhando melhor essa informação, o gráfico 10 (dez) apresenta dados no sentido de sabermos se esses empregos são para preenchimento de vagas para politólogos ou se é programa de prova.

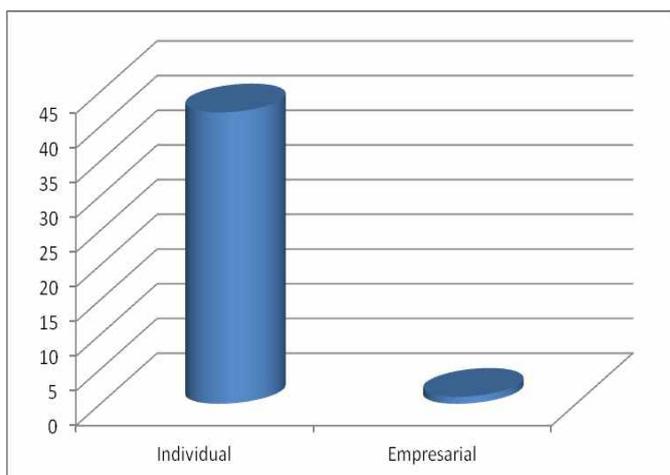
**Gráfico 10- Ocupação de cargo ou programa de prova**



Segundo os dados, dos 11 (onze) editais de empregos para cientistas políticos, 2 (dois) são para preenchimentos de vagas e 9 (nove) a ciência política figura como programa de prova. Percebemos nos editais, principalmente os para preenchimento de vagas especificamente para cientistas políticos, o não conhecimento a respeito das atividades do cientista político fora da academia. Isso evidencia que se acha importante os conhecimentos da ciência política para diversas atividades profissionais, porém se desconhece as atividades do cientista político em espaços não acadêmicos.

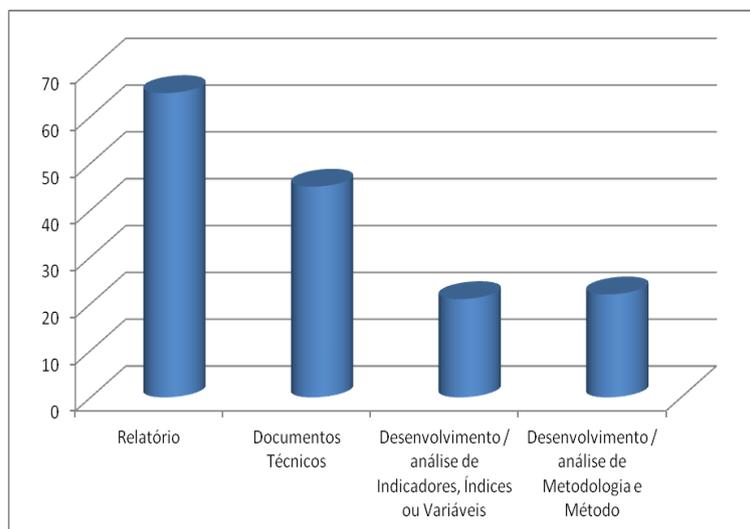
Quando analisamos os editais para consultoria, encontramos a seguinte situação apresentada no gráfico 11 (onze):

**Gráfico 11- Consultoria individual e empresarial**



Dos 43 (quarenta e dois) editais para consultoria, 42 (quarenta e dois) são para consultoria individual e apenas 1 (um) para consultoria empresarial. O reduzido número de editais de empregos para o cientista político e o grande número de editais para prestação de consultoria individual mostra que a atividade do cientista político no Brasil é de profissional liberal. Em relação ao produto esperado tivemos uma surpresa, conforme veremos no gráfico 12 (doze).

### Gráfico 12- Produtos esperados



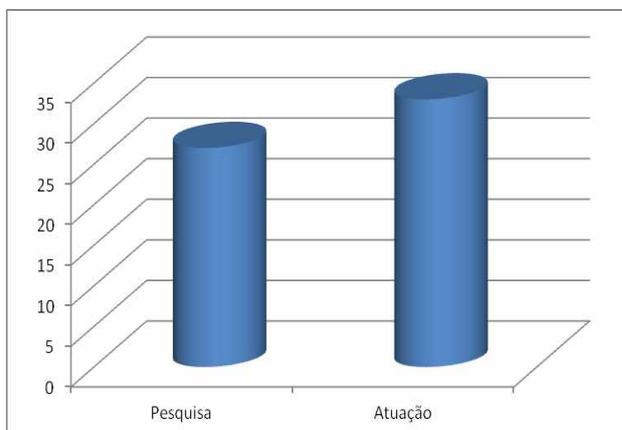
Identificamos 4 (quatro) tipos de produtos esperados: 1) *relatório*; 2) *documento técnico*; 3) *desenvolvimento / análise de indicadores, índices e variáveis* e 4) *desenvolvimento / análise de metodologia e método*. É importante informar que muitos editais não pedem apenas 1 (um) produto.

Considerando os 54 (cinquenta e quatro) editais, foram exigidos 65 (sessenta e cinco) relatórios, 45 (quarenta e cinco) documentos técnicos, 22 (vinte e dois) produtos de desenvolvimento / análise de metodologia e método e, por fim, 21 (vinte e um) desenvolvimento / análise de indicadores, índices ou variáveis.

A surpresa é que embora nossa análise seja sobre o mercado de trabalho do cientista político fora do espaço acadêmico, os produtos esperados são acadêmicos. Obviamente que são produtos frutos em grande parte de consultoria, chama-nos atenção a exigência de produtos centrados na análise e desenvolvimento de metodologia e métodos. Estes dados nos permitem acreditar que o mercado de trabalho do cientista político fora da academia visa contratar acadêmicos.

A última análise que apresentaremos em relação ao mercado de trabalho para o cientista político é a respeito da experiência profissional exigida. Os dados apresentados no gráfico 13 (treze) mostram-nos o seguinte:

**Gráfico 13- Experiência profissional**



Somente os editais para consultoria exigiam experiência profissional. É importante esclarecer que em muitos editais há a exigência da combinação entre experiência prática e de pesquisa, por isso o total dos dados alcançou 60 vezes a exigências de experiência profissional.

Segundo os dados, a maior exigência de experiência profissional acontece na área de atuação prática no mercado de trabalho, aparecendo 33 (trinta e três) vezes nos editais. Por sua vez, a exigência de experiência em pesquisa figura em segundo lugar aparecendo essa exigência 27 (vinte e sete) vezes. A diferença entre as duas exigências é de 6 (seis) a mais para somente experiência prática.

A exigência de experiência profissional em pesquisas confirma que para atuar no mercado das consultorias exigem-se acadêmicos. Somente em 6 (casos) exigiu-se apenas experiência prática. Acreditamos em três motivos para a exigência acadêmica para o cientista político: o primeiro é que a ciência política ainda está muito vinculada à academia. O segundo: a palavra ciência impressa na formação do politólogo. Pouco, ou nunca, se faz uso das expressões politólogo ou politologia no Brasil. O último é a própria natureza da atividade do cientista político.

### **CURSOS DE BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL: ORIENTADOS PARA O MERCADO OU ORIENTADOS PELO MERCADO**

A questão central que temos que responder é: *a formação em ciência política no Brasil nos cursos de bacharelado de ciência política está se orientando pelas necessidades do mercado de trabalho do cientista político ou o mercado de trabalho do cientista político no Brasil necessita dos conhecimentos, temas e metodologia tradicionais da ciência política?*

No sentido de respondermos a questão acima colocada, o quadro abaixo permite-nos observar de forma mais clara a relação estrutural entre cursos de bacharelado em ciência política e o mercado da política no Brasil. Assim, poderemos compreender a relação entre ensino para formação do cientista político nos cursos de bacharelado em ciência política no Brasil e o mercado da política.

### Quadro 1 – Estrutura dos cursos e do mercado da política.

QUADRO DE ANÁLISE DA ESTRUTURA DOS CURSOS E DO MERCADO DE TRABALHO						
Ciência Política Acadêmica (conjunto de disciplinas / conhecimentos) – Cursos de bacharelado em ciência política no Brasil.				Ciência Política Aplicada (técnica e métodos para um conjunto de atividades) – Mercado de trabalho da política no Brasil.		
Não Aplicada	Eleições	Administração Pública	Relações Políticas	Gestão de Campanha Eleitoral / Estratégias de Campanha Eleitoral	Políticas Públicas e Gestão Governamental	Relações Governamentais e Institucionais

Como podemos observar no quadro acima, a estrutura dos cursos de bacharelado em ciência política no Brasil está construída conforme a estrutura do mercado da política. Parece que os cursos estão orientados *pelo* mercado, isto é: a construção da estrutura dos cursos se moldaram ao mercado da política. Entretanto, não podemos tomar isso como verdade absoluta. Os temas *eleições, administração pública e relações políticas* são temas tradicionais na ciência política.

Temos que estar conscientes de que há diferença entre as expressões: orientado *para* o mercado e orientado *pelo* mercado. Os cursos de bacharelado em ciência política no Brasil mostram-se orientados *para* o mercado, em detrimento da academia, porém, os temas, objetos, indagações e metodologias são tradicionais na ciência política. Não obstante, a ciência política consegue atender essas demandas oriundas do mercado devido ao advento do neoinstitucionalismo. Nossas afirmações ficam claras quando analisamos documentos de empresas e departamentos que atuam na área de consultoria/assessoria política no Brasil.

Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP,

O DIAP, após exaustivo levantamento, mapeou os 100 parlamentares que, em sua opinião, constituem a elite do Congresso. Os parlamentares mais influentes foram identificados a partir de critérios quantitativos e qualitativos, apurados segundo a metodologia convencional da Ciência Política, que leva em consideração aspectos institucionais, reputacionais e de tomada de decisão (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR, 2009, p. 17).

O documento da empresa de consultoria política Arko Advice destaca o seguinte em sua introdução: “No Brasil, estudos sobre lideranças no Congresso Nacional foram realizados nos últimos anos por cientistas políticos e pesquisadores [...]” (ARKO ADVICE, 2007. p. 5). Continua o documento dizendo que “Laura Frade fez uma interessante dissertação de mestrado em Ciência Política sobre as bancadas suprapartidárias no Congresso Nacional” (ARKO ADVICE, 2007. p. 5).

Durante o processo de democratização brasileira, o próprio governo da época entendeu que a ciência política era dotada de instrumentos metodológicos e seus temas, objetos de pesquisa, teorias eram fundamentais, em especial no mercado relações governamentais, pois,

Em 1985, o Departamento de Ciência Política da UNB foi procurado pelo Embaixador Gerônimo Moscardo, que exercia o cargo de Chefe da Sub-Secretaria da Casa Civil para Assuntos Parlamentares (SUPAR), durante o governo José Sarney. O curso teve como objetivo preparar os Assessores Parlamentares dos Ministérios, autarquias e outros órgãos estatais a se relacionar com o Congresso Nacional, adaptando-se assim às mudanças que a redemocratização do país trouxera para o processo de tomada de decisões (OLIVEIRA, 2004, p. 70).

Os profissionais de relações governamentais estão bastante valorizados no Brasil. Segundo o *Guia Michael Page International dos novos cargos do mercado brasileiro 2012*, este profissional tem remuneração entre R\$12.000,00 (doze mil reais) e R\$45.000,00 (quinze mil reais) por mês (MICHAEL PAGE, 2012, p. 8).

A pergunta que devemos fazer é: o que exatamente as empresas de consultoria política dentro da área de relações governamentais querem com a ciência política? O documento da empresa de consultoria Arko Advice deixa bem claro esse interesse: “Todos os trabalhos foram de grande utilidade para identificar a organização dos interesses, bem como as características das lideranças no Parlamento” (ARKO ADVICE, 2007. p. 5). Afirma o documento ainda que,

Sabendo de antemão quem constitui a elite parlamentar brasileira, ganha-se no foco do levantamento de opinião, além de se agilizar processo de pesquisa. A sondagem da opinião da elite congressual é extremamente útil porque aponta, com boa margem de acerto, as principais tendências do processo decisório (ARKO ADVICE, 2007. p. 5).

Outro documento “Os Cabeças do Congresso Nacional” do DIAP também estabelece relação entre os conhecimentos de ciência política e às atividades de relações governamentais:

Para a classificação e definição dos nomes que lideram o processo legislativo, o DIAP adotou critérios qualitativos e quantitativos que incluem aspectos posicionais (institucionais), reputacionais e decisoriais.

[...] Além destes métodos, geralmente aceitos pelos cientistas políticos, o DIAP vem buscando também a aplicação da abordagem da não-decisão [...] (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESORIA PARLAMENTAR, 2009, p. 11)

Continua o documento:

A não regulamentação do sistema financeiro é um exemplo típico, como bem demonstrou o cientista político Pedro Robson Neiva em sua dissertação de mestrado na UnB. Este, embora menos visível que os outros métodos, envolve a manipulação de regras, procedimentos, instituições, mitos, valores, etc. (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESORIA PARLAMENTAR, 2009, p. 11)

Os documentos fazem muitas referências à ciência política, o que evidencia a importância desta ciência para as atividades profissionais que atuam na área de relações governamentais. Quando nos referimos às atividades de relações governamentais, na verdade nos referimos às atividades lobistas.

Na tese de doutorado da Andréa Cristina Jesus de Oliveira, *Lobby e Representação de Interesses: lobista e seu impacto sobre a representação de interesses no Brasil*, a autora afirma que a atividade lobista não tem uma formação acadêmica específica. Entretanto, muitos profissionais nessa área estão retornando à academia para melhor qualificação profissional em cursos de pós-graduação *lato sensu*. Segundo Oliveira, “[...] a maioria dos que cursaram uma pós-graduação preferiram o curso de especialização em Assessoria Parlamentar e em Ciência Política e Políticas Públicas, da UNB.” (OLIVEIRA, 2004, p. 69).

Todavia, no sentido de respondermos a questão, o que exatamente as empresas de consultoria política dentro da área de relações governamentais querem com a ciência política? Entendemos que as empresas de consultorias que atuam na área de relações

governamentais querem identificar os parlamentares que fazem parte da elite parlamentar, identificar seus interesses e como são organizados. São os interesses das lideranças parlamentares que importam para as consultorias e não os de qualquer parlamentar, na verdade querem identificar os interesses daqueles que realmente decidem no parlamento.

Percebe-se, assim, que as atividades dos profissionais da área de relações governamentais estão intimamente ligadas aos conhecimentos da ciência política, seus objetos, indagações, temas, teorias e metodologias. A ciência política não está orientada *pelo* mercado, mas sim *para* o mercado.

## CONCLUSÃO

O estado do ensino de ciência política dos cursos de bacharelado em ciência política de instituições de ensino públicas e particulares brasileiras reflete as necessidades surgidas do contexto de redemocratização no Brasil, para qualificar o profissional graduado em ciência política para atuar nas três áreas que constituem o mercado da política no Brasil: Eleições, Administração Pública e Relações Governamentais e Institucionais.

Parece razoável afirmar que, considerando o gráfico 8 (oito), as disciplinas não aplicadas preparam o graduando para vida acadêmica (mestrado, doutorado, magistério superior). Por sua vez, as disciplinas aplicadas fazem parte da qualificação para as áreas de atuação do politólogo no mercado da política (eleições, administração pública e relações governamentais e institucionais), considerando assim o quadro 1 (um).

Os dados contestam a afirmação de Nascimento (2008), quando este afirmou que os cursos de bacharelado em ciência política das instituições públicas não inverteriam os padrões herdados da sociologia (NASCIMENTO, 2005, p. 26). Acreditamos que por se separarem das ciências sociais, os cursos das instituições públicas buscam marcar mais a sua diferença em relação à sociologia do que os cursos criados nas instituições particulares, os quais já nasceram nessas instituições enquanto curso de bacharelado em ciência política, isto é, já nasceram com identidade própria.

Em relação à análise e conclusão de Schwartzman (1977) quanto à ciência política não gerar uma tecnologia própria que desse suporte a uma profissão, os dados mostram que a ciência política a partir do final do século XX no Brasil conseguiu gerar essa tecnologia buscando qualificar o graduando em ciência política para o emergente mercado da política naquele período.

Marcar um campo próprio da ciência política nas instituições públicas é um grande desafio para os cursos de bacharelados em ciência política surgidos nessas instituições, o que pode servir de explicação para o fato de haver mais disciplinas de teoria política, proporcionalmente, nos cursos de instituições particulares do que nas instituições públicas.

Os projetos políticos pedagógicos, as ementas e disciplinas dos cursos das instituições públicas refletem claramente o esforço para diferenciar os cursos de bacharelado em ciência política dos cursos de ciências sociais com linha de formação em ciência política. A diferença é marcada pela distinção entre Ciência Política Acadêmica e Ciência Política Aplicada.

Em relação à orientação dos cursos de bacharelado em ciência política no Brasil ser *para* ou *pelo* mercado da política, acreditamos que tanto o mercado da política quanto a estrutura dos cursos foram orientadas *pela* dinâmica da própria política, dado o advento, em meados da década de 1980, da redemocratização brasileira. Em outras

palavras, tanto os cursos quanto o mercado da política foram orientados *pele* contexto político brasileiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARKO ADVICE. Elite Parlamentar no Congresso Nacional 2007. 5ª Ed. Brasília: Arko Advice, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1994.

BISPO DOS SANTOS, Mário. **A SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: O QUE PENSAM OS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**. (dissertação de mestrado – Universidade de Brasília), 2002.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A REFORMA DO APARELHO DO ESTADO E A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA**. ESAF, Brasília, janeiro de 1995 (Conferência realizada nos seminários patrocinados pela Presidência da República). Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/listar.asp?cat=49>> Acessado em mai. 2009.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO DISTRITO FEDERAL. **Matriz Curricular**. (2012). Disponível em <[http://www2.cruzeirosul.edu.br/portal/modulos/grades/grade\\_udf.jsp?cod=0400](http://www2.cruzeirosul.edu.br/portal/modulos/grades/grade_udf.jsp?cod=0400)> Acessado em 17 jan. 2013.

CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER. Projeto Político Pedagógico Curso de Bacharelado em Ciência Política. (2012). Disponível em <<http://www.grupouninter.com.br/centrouniversitario/pdf/PPC-CIENCIA-POLITICA04-2012.pdf>> Acessado em 05 dez. 2012.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR – DIAP. **Os “Cabeças” do Congresso Nacional** (Uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes). Edição n. 16, ano XVI. Brasília: Diap, 2009.

ESCOLA PAULISTA DE DIREITO. Grade Curricular. (s/d). Disponível em <[http://epdec.edu.br/sites/default/files/grade\\_ciencia\\_politica.pdf](http://epdec.edu.br/sites/default/files/grade_ciencia_politica.pdf)> Acessado em 15 jan. 2013.

FACULDADE DA AMÉRICA LATINA. Matriz Curricular. (s/d). Disponível em <[http://www.americalatina.edu.br/ktmlpro/files/uploads/Caxias/2012/MatrizCurricular\\_C P2013.pdf](http://www.americalatina.edu.br/ktmlpro/files/uploads/Caxias/2012/MatrizCurricular_C P2013.pdf)> Acessado em 15 jan. 2013.

FACULDADE PARAÍSO. Ciência Política. (s/d). Disponível em <<http://www.emagister.com.br/cursos-fap-faculdade-paraiso-rj-cen-79838.htm?idCateg=241&ignorarCustomFilter=1>> Acessado em 15 jan. 2012.

SERRAVIX. Graduação. Disponível em <[http://www.serravix.com.br/graduacao\\_ciencias\\_politicas.asp](http://www.serravix.com.br/graduacao_ciencias_politicas.asp)> Acessado em 11 nov. 2012.

HALL, Peter A., TAYLOR, Rosemary C. R. **AS TRÊS VERSÕES DO NEO-INSTITUCIONALISMO**. LUA NOVA Nº 58, 2003, p. 193-224.

KEINERT, Fábio Cardoso; SILVA, Dimitri Pinheiro. **A gênese da ciência política Brasileira. Tempo soc.**, São Paulo, v. 22, n. 1, jun. 2010.

LESSA, Renato. **O Campo da Ciência Política no Brasil: uma aproximação construtivista.** (2011). Disponível em <<http://revista.estudoshumanos.com/wp-content/uploads/2011/06/2011011.pdf>> Acessado em 02 fev. 2011.

LAMOUNIER, Bolivar. **A Ciência Política no Brasil: roteiro para um balanço crítico**, in Bolivar Lamounier (org.). *A Ciência Política nos anos 80*. Brasília: Editora da UnB, 1982, p. 407-433.

MANCUSO, Wagner Pralon. **O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Humanitas / Edusp, 2007.

MICHALE PAGE. Guia Michael Page International dos Novos Cargos do Mercado Brasileiro 2012. Disponível em <[http://www.michaelpage.com.br/productsApp\\_br/PDF\\_MP/NovasProfissoes2012.pdf](http://www.michaelpage.com.br/productsApp_br/PDF_MP/NovasProfissoes2012.pdf)> Acessado em 15 mar. 2013.

NASCIMENTO, Afonso. **A Política entre a Ciência Política e a História Política no Brasil. Uma Análise Comparada dos dois Campos Científicos.** Revista da Fapese, v.4, n. 1, jan./jun. 2008, p. 15-32.

OLIVEIRA, Andréa Cristina de Jesus. **Lobby e Representação de Interesse: lobistas e seu impacto sobre a representação de interesses no Brasil.** (tese de doutora – Unicamp), 2004.

SEGATTO, Catarina Ianni,. **Ciência Política e Políticas Públicas no Brasil: Simon Schwartzman.** *Estud. sociol.*, Araraquara, v.15, n.29, p.593-600, 2010

SCHWARTZMAN, Simon. **AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS DA ÁREA DE CIÊNCIA POLÍTICA.** (1977). Disponível em <<http://www.schwartzman.org.br/simon/cpolitica.htm>> Acessado em 10 dez. 2009

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Ciência Política. (s/d). Disponível em <[http://www.unb.br/aluno\\_de\\_graduacao/cursos/ciencia\\_politica](http://www.unb.br/aluno_de_graduacao/cursos/ciencia_politica)> Acessado em 11 abr. 2012.

UNIVERSIDADE DE FORTALEZA. Ciência Política. (s/d). Disponível em [http://www.unifor.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=143&Itemid=154](http://www.unifor.br/index.php?option=com_content&view=article&id=143&Itemid=154) Acessado em 22 jan. 2012.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS. RESOLUÇÃO Nº 011/2009-CONSUNIV-UEA. (2009). Disponível em < <http://data.uea.edu.br/ssgp/area/1/res/583-11.pdf>> Acessado em 11 mar. 2013.

UNIVERSIDADE DO PAMPA. Projeto Político Pedagógico (2011). Disponível em <

Ci%C3%A2ncias-Sociais-Ci%C3%A2ncia-Pol%C3%ADtica\_24-04-20121.pdf>  
Acessado em 05 out. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Projeto Pedagógico do Bacharelado em Ciência Política (2012). Disponível em <[http://www.ufpe.br/dcp/images/pdf/ppp\\_012.pdf](http://www.ufpe.br/dcp/images/pdf/ppp_012.pdf)> Acessado em 27 mar. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Diretório Acadêmico de Ciência Política. (s/d). Disponível em <<https://sites.google.com/a/dacp.com.br/dacp/home/institucional/escola-de-ciencia-politica>> Acessado em 12 jul. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Projeto Político Pedagógico – Graduação em Ciência Política – Modalidade Bacharelado (2010). Disponível em <[http://ufpi.br/subsiteFiles/cpolitica/arquivos/files/BACH\\_CIENCIA\\_POLITICA.pdf](http://ufpi.br/subsiteFiles/cpolitica/arquivos/files/BACH_CIENCIA_POLITICA.pdf)> Acessado em 27 mar. 2013.

UNIVERSIDADE LUTERA DO BRASIL. Projeto Político Pedagógico. (s/d). Disponível em <<http://www.ulbra.br/ciencia-politica/projeto-pedagogico/>> Acessado em 28 nov. 2011.

VEIGA, Luciana, GONDIM, Sônia Maria Guedes. **A Utilização de Métodos Qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. VII, nº1, 2001, pp. 1-15.